XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Mobilizando o tecido social-produtivo. Desafios na formalização de um modelo para a radicalização democrática.

Bruno Lima Rocha.

Cita:

Bruno Lima Rocha (2009). *Mobilizando o tecido social-produtivo. Desafios na formalização de um modelo para a radicalização democrática. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: **https://www.aacademica.org/000-062/1679**

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto*. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org*.

Mobilizando o tecido social-produtivo

Desafios na formalização de um modelo para a radicalização democrática

Prof. dr. Bruno Lima Rocha
Pesquisador I e docenteem ciências da comunicação
da Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Jornalista graduado pela UFRJ, mestre e doutor
em ciência política pela UFRGS
blimarocha@gmail.com

Este artigo formaliza um modelo de análise relacionando a mobilização popular com a incidência das instituições políticas não eleitorais, iniciando com esta afirmação axiomática:

O aumento da confiança interpessoal entre semelhantes auto-identificados facilita a organização social destes indivíduos.

Ao justificar o axioma, afirmamos a motivação ontológica da necessidade de organização do tecido social produtivo e sua aplicabilidade através de conceitos operacionais. Esta perspectiva vai ao encontro das perspectivas de comportamento das maiorias latino-americanas do presente, com a descrença na participação política oficial. Entendemos que o envolvimento com a política através de partidos legais que operam nas arenas eleitorais, está levando a uma contaminação da idéia de participação política.

A reversão desse quadro implica um aumento do grau de organização social de base, e a disputa pelo poder de agenda, pautando os conflitos da estrutura de classes por fora das dinâmicas oficiais. Entendo que neste objeto de estudo, as formas de organização política não-estatal incidindo em sujeitos potenciais para protestos e contestação social, tem seu acionar aplicável para um conjunto de entidades de base que buscam representar e reivindicar diferentes setores da estrutura de classes. O sentido comum da estrutura complexa pode ser abarcado dentro do conceito ampliado de classe(s) oprimida(s).

O *modus operandi* organizativo deste sentido comum é formado por uma interpretação da sociedade civil, majoritariamente localizados na base da pirâmide e também defensores de distintos e específicos direitos. No modelo de organização política que propomos, a articulação entre a associação social e político-social ocupa um papel reivindicativo. Seu protagonismo no processo político precisa, justamente, de um conceito que abarque a multiplicidade de representações, radicalizando o processo de ampliação de direitos e liberdades políticas somados às lutas por melhorias pontuais. O desenvolvimento do modelo se dá com a atuação política dentro das respectivas arenas elencadas.

Território desorganizado, fragmentação e reorganização do tecido social

Para operar sobre uma sociedade realmente existente, é necessária a aplicação de variáveis interpretativas. Para tanto, iniciamos a apresentação de dois conceitos-chave, a fragmentação e o tecido social. Entendemos que a fragmentação opera sobre um terreno, um tecido social de maiorias que não se reconhecem automaticamente. Definições próximas da operacionalidade para estes conceitos são:

Fragmentação: a atual modalidade de dominação de classe, após mais de uma década e meia de desindustrialização, desnacionalização da economia, privatizações e ausência da presença do ente Estado da regulação da vida cotidiana, manifesta sua existência em sociedade de classes fragmentadas e, como toda estrutura também é estruturante, isto vai gerando cada vez mais fragmentação. Opor-se à fragmentação fortalecendo identidades coletivas é, por este preceito, a essência do trabalho político organizativo.

Tecido Social: podemos afirmar que este termo é assimilado a Capital Social a diferença é de origem, pois vem sendo utilizado por setores do movimento popular rioplatense. A decomposição

do tecido social tem como fenômeno imediato o aumento da chamada guerra entre os pobres. A recomposição do tecido social é necessária para gerar qualquer tipo de alteração social, seja de intenção de ruptura ou mesmo para gerar coesão na sociedade com o intuito de consolidar as instituições democráticas de tipo liberal-burguês.

Reforçamos que o modelo de análise necessita da aproximação entre o conceito acadêmico e o conceito operacional já aplicado em movimentos populares latino-americanos. Para que estes realizem sua interação e possam ser dotados de capacidade explicativa, partimos do pressuposto de uma teoria a altura deste desafio e ao alcance daqueles que possam ser seus usuários. Esta é a principal motivação para buscar uma episteme aplicável desde uma perspectiva latino-americana, embasando assim uma proposta teórica construída com essa dimensão.

Para a operacionalização destes conceitos através de uma episteme participativa, é necessária uma postura teórica-epistemológica (crítica, interpretativa e incidente) com efeito direto na forma de exercitar a ciência social aberta em geral e a ciência política em específico. Uma definição que considero acertada em sua essência nos oferece Vizer (p.311, ANO), quando diz que: "Devemos deixar de pensar que nossos objetos de estudo são objetos (ainda que sejam teóricos). São sujeitos, e acima de tudo são sujeitos em 'relação, dentro de conjuntos de processos complexos".

Esta é a forma de intervir do cientista político no papel de analista estratégico ontologicamente motivado em sua formulação teórica no processo que expomos. Na seqüência, apresento uma formulação do processo de radicalização democrática, retomando o próprio conceito de conflito em democracia, que se dá através da auto-organização e da mobilização agressiva do tecido social-produtivo. O fruto deste processo estruturante de reivindicação aponta para construir uma nova institucionalidade através de uma das interpretações – a de matriz libertária – de poder de auto-organização das classes oprimidas, também chamado de poder popular.

A perspectiva do poder popular como forma de acumulação de forças do processo de radicalização democrática

Fazemos aqui o exercício de formulação teórica, propondo um processo de acumulação de forças, baseados no debate até aqui realizado, pautado pela recomposição do tecido social e a conseqüente luta contra a fragmentação das classes oprimidas. O objetivo finalista é a construção de um processo de radicalização democrática, cujo sentido é o de acúmulo de poder por parte do conjunto

das formas englobadas pelo conceito aberto de classes oprimidas. Para tanto, é necessária a exposição do conceito de independência de classe.

Independência de classe: uma concepção e uma prática de poder popular têm sua produção específica, universo e produção próprias. Para que jogue como força transformadora, condicionante de conjunturas, produzindo avanços desestruturantes, há uma condição necessária: deve manter, em todo momento, sua independência. Independência de classe, como se dizia em outros momentos do desenvolvimento histórico. Hoje podemos dizer com ajuste ao novo contexto que: independência das classes oprimidas é o mesmo que dizer independência de todos os movimentos populares.

A noção desta necessidade de gerar um discurso próprio e poder pautar a sua própria agenda a partir de necessidades e defesa de interesses comuns é a ante-sala da estratégia geral para a autonomia decisória do associativismo de classes oprimidas. A urgência da efetivação desta categoria como conceito-chave e por tanto operacional, nos aponta Michael Foucault (2000, p.34): "Em qualquer sociedade, múltiplas relações de poder atravessam, caracterizam, constituem o corpo social. Essas relações de poder não podem se dissociar, nem estabelecer, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação, um funcionamento dos discursos."

Porém, ao ressaltar essa categoria, temos que ter em conta as características particulares de cada formação social, sua história, suas transformações, sem descuidar o que há em comum com outros países, sobretudo com os da mesma área (América Latina) e obviamente as condicionantes que as estruturas de poder mundial estabelecem. Já é bem sabido que as malhas do poder dominante incorporam e modelam o que gravita ao seu redor. Inserem em seu seio a partidos, ideologias, movimentos, histórias, os transformam e depois os devolvem como reprodutores do atual. O mecanismo se repete uma e outra vez. E se repetem distintas forças girando no entorno desse modus operandi. É em cima destes dispositivos que vemos como necessário o disparar analítico gerador em potencial de propostas e ação com um conteúdo diferente.

Nunca é demais ressaltar que a circulação ao infinito das mesmas dinâmicas e lógicas não podem criar algo novo, somente recriar o já existente, com maior ou menor fantasia. Para fazer possível outras relações sociais, os fatos parecem indicar a necessidade de uso de outros materiais para essa nova construção. Outro enfoque, perspectiva, lógica, práticas e mecanismos. Esse processo deve descansar e continuar tendo como base uma forte independência das classes oprimidas, no ritmo

de um povo que está construindo seu destino ao ritmo que as condições históricas habilitem. As escolhas, as relações, as alianças táticas e explícitas devem ser feitas desde essa perspectiva de independência Esse fator adquire uma importância de caráter estratégico de primeira ordem.

Afirmamos como característica positiva o fato das populações realizarem seus protestos e exigências por fora dos canais tradicionais. Porém, não são somente positivas as lutas de envergadura, que tenham derrubado governos ou impedido golpes de Estado, mas também em combates reivindicativos de ação direta por diversos temas pontuais e algumas vezes exercendo justiça popular. Esta última modalidade se dá tanto através de pluralismo jurídico como pelo uso da força por canais não oficiais.

A espiral da construção social e a cultura política que internaliza o câmbio profundo

Um exemplo do vigor do protesto social por fora das estruturas dadas pelo institucionalismo de tipo liberal-burguês se dá na contemporaneidade latino-americana. Não têm sido nem partidos nem governos do tipo social-democratas os que têm freado efetivamente o avanço da destruição neoliberal. As forças sociais que atuaram realmente para bloquear esse avanço, resistindo e até derrubando regimes neoliberais foram forças dos movimentos das classes oprimidas. O modo de ganhar as ruas, forçando uma situação de contestação e acúmulo de forças, deslegitimou uma série de governos anti-populares. Afirmamos, como exemplo sintético, que os reflexos eleitorais das modalidades de protestos praticados na América Latina, a partir do Levante Zapatista (Ornellas 2004) e da derrubada do presidente Abdala Bucaram (Pachano 2005), têm nas urnas apenas o seu efeito indireto.

A aposta na via da integração política e do respeito às normas institucionais, aproveitam a energia tecido social fragmentado direcionando-os para uma atitude domesticada. Entendemos que as proposições ancoradas nos paradigmas de um passado de Estado de Bem-Estar social, que já não existe, acabam por canalizar essa expressão popular para que calcem suas lutas pelas vias autorizadas. Isto implica em não querer se convencer que estas formas de adesão institucional amputam a participação política e diminuem a capacidade das modalidades de protesto. Estas formas só domesticam aos corpos e resultam perversas para atender às urgências e reivindicações populares. Terminam por levar a energia social para circunstâncias onde não há saídas além dos canais de participação aderentes às normas institucionalizadas.

Um processo de avanço, com acúmulo de forças através da radicalização democrática visando constituir uma nova institucionalidade com o poder popular é obra de determinadas práticas que permitem uma real formação de consciência do propósito próprio. Nele, a solidariedade (confiança nas relações interpessoais e elevadas ao nível de institucionalização) cumpre o papel mais importante para potencializar a mobilização e organização das diferentes expressões populares de todo esse universo dos debaixo.

Sabemos que uma democracia participativa, obtida com a radicalização do protesto e da conquista de direitos, não pode ser decretada e nem o farão por sua própria conta os partidos que programaticamente se definem por este objetivo. Uma organização política em sintonia com seu tempo e com o movimento popular tem um papel a cumprir, mas a força de realização está ancorda nas capacidades das classes oprimidas, ou seja, no povo mesmo.

A independência do movimento popular e de todas as suas formas organizativas (autogestivas, de auto-organização, participação efetiva e federalista) é o que dá a solidez ao processo e possibilidades reais para uma mudança até as condições de contra balançar, através do poder popular, ao poder constituído. Porém, cabe uma ressalva. O protesto além das vias institucionais é parte de um esforço e não é destino manifesto de nova forma de vida em sociedade. Para qualquer processo político será necessário a organização e a vontade das forças sociais para produzir mudanças profundas, para marcar uma linha em um processo conseqüente.

Um processo de radicalização democrática e de construção de poder popular tem como condição de existência que sua direção seja de baixo para cima e não o inverso. Desse abaixo e esse acima, não significa hierarquia, mas sim instâncias organizativas sociais, feitas desde a base da pirâmide social, pelos que são protagonistas desse processo: os de baixo, pelos que resistem, criam e buscam formas organizativas para se defender. Isto também implica que as minorias que mobilizam sujeitos sociais (militantes), possam produzir uma cultura política tendo como base de sua existência um comportamento militante, sintoma da cultura política reforçada na intencionalidade de que seu desenvolvimento tem como base valorativa a mudança social de câmbio profundo.

Para efetivar um processo assim, a tarefa de remover o que está estruturado e deslocá-lo é meta diária e não pontual e episódica. Toda força política e social é parte da constituição de uma conjuntura e seu aproveitamento depende do que se tenha feito anteriormente. Fruto de cálculos na aplicação da estratégia, esta tarefa de deslocamento diário deve ser feita no interior das diversas

expressões populares (entidades de base) e procurando a maior sintonia com inquietudes e urgências sentidas para que essa condição necessária de participação popular esteja presente. Estas práticas, segundo o modelo proposto, não podem ser práticas de tipo solitário. Não estamos querendo dizer que seja conceitualmente correto para uma mudança, a sacralização de hábitos impostos por séculos de construção de um sujeito para um sistema. Afirmamos a necessidade de uma cultura política participativa, de operação coordenada para internalizar o processo de câmbio e criação de uma prática diária de valoração destas mudanças de comportamento.

A hierarquia de prioridades, as vitórias pontuais e a necessidade de acumulação coordenada para o processo de radicalização democrática

O modelo que propomos visa outra forma de acumulação de forças. Para tal, tem de atacar as estruturas que tem sua genealogia, seu desdobramento e residem em diferentes "territórios" do sistema de dominação que exerce seu modus operandi sobre o modus vivendi das classes oprimidas. Uma tarefa básica, no marco da institucionalidade vigente, e vinculada a múltiplas resistências e lutas, é a reivindicação por melhorias e reformas com relação ao existente. Mas, a diferença da reforma é a maneira como se adquire. Se esta vêm como conquista de direitos, fruto de um processo massivo e politicamente didático, é distinto do que aumentar um direito ou um avanço na recompensa material através de intermediação profissional. A tela de fundo de como se processa uma conquista é tão ou mais relevante do que o avanço pontual em si.

Agregamos que não é o mesmo ir conseguindo reformas que ser reformista. O que vai se construindo de radicalização democrática tem que ter como meta permanente o poder popular. Sem esse objetivo não haverá estratégia, pois se abdica da mudança estrutural, de futuro emancipatório. Esse processo de construção de poder popular pode ir arrancando melhoras e não sintoniza com a premissa algo mágica de: "quanto pior, melhor". Tampouco com o "tanto melhor, muito melhor". Pois esta última premissa tem colocado um duro problema, especialmente nos países altamente industrializados: houve um aumento da institucionalização, um grau alto de integração ao sistema por parte de determinados setores populares, em especial nos setores assalariados.

E porque modelamos um processo dessa envergadura? Não é uma escolha aleatória ou excessivamente normativa. É uma posição descarnadamente racional e lógica. Assenta-se em uma

lógica da análise estratégica, na compreensão da necessidade de equacionar meios e fins, e na recusa de estar atado na amarra de uma fórmula política que indica:
"democracia representativa + jogo de soma zero".

Entendemos que a democracia participativa avança sobre um tabuleiro de jogo de soma mais infinito, que a recompensa material é acompanhada pela ampliação e universalização de direitos. E que, somente através da contestação e dos conflitos se pode avançar neste processo essencialmente democrático (por isso radicalização democrática) e político (por isso poder popular). Assim uma luta pontual, localizada dentro de um processo dessa envergadura, se dá em diferentes planos.

O cálculo estratégico implica em refazer a agenda e a "máquina de calcular" da política. Pode-se ganhar economicamente, perder na política urgente e ganhar em avanços ideológicos em sindicatos ou setores inteiros. As pressões populares têm gerado de muitos lados um ambiente de crença nas próprias forças, por piores que sejam as políticas dos governos supostamente progressistas. O que temos que levar em conta é que o entusiasmo e a organização social desde baixo já gera, pelo próprio fato de existir, outra situação.

Todas essas lutas, reivindicações, enfrentamentos, implicam em um processo de participação ativa da população. Este envolvimento eleva a acumulação de conhecimento a partir das experiências e enfoques que se fermentam em posse de soluções legítimas (Mechoso 2002). O grau de legitimidade no modelo aqui proposto é a adequação de tamanho entre a profundidade da reivindicação e a força disponível para isso.

Conclusão

A organização política segue sendo de primeira importância para qualquer processo de câmbio profundo a partir da radicalização das democracias existentes hoje na América Latina. Esta importância se dá de forma distinta das apregoadas pelo enfoque neoinstitucionalista e da teoria de partido que vê este objeto como instrumento de intermediação profissional. A compreensão de política desde abaixo localiza esta organização de minorias militantes como um nível distinto (círculo) desse mesmo processo. Sua existência é condição imprescindível para qualquer processo emancipatório. Tal existência se manifesta na razão de ser desta organização acionando desde adentro desse processo, exercitando um grau de coordenação complexo. Isto implica em manter os

níveis de democracia interna, planificar os esforços para cada momento e caracterizar a conquista imediata como parte do processo de radicalização democrática.

Bibliografia e arquivos eletrônicos

- BAQUERO, Marcello e CREMONESE, Dejalma (orgs.) Capital Social, Teoria e Prática. Ijuí, Editora Unijuí, 2006

- FOUCAULT, Michel. Defender la sociedad. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2000

- MECHOSO, Juan Carlos. Acción directa anarquista: una historia de FAU – 1956-1973. Montevidéu, Recortes, 2002.

- MITCHELL, Peter R. & SCHOEFFEL, John. Para entender o Poder; o melhor de Noam Chomsky. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.

- MOUTERDE, Pierre. Reinventando a utopia. Práticas alternativas da esquerda latino-americana. Porto Alegre, Tomo, 2003.

- ORNELAS, Raúl. *La autonomía como eje de la resistencia zapatista .Del levantamiento armado al nacimiento de los Caracoles. En publicacion: Hegemonías y emancipaciones en el siglo XXI.* Ana Esther Ceceña. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2004. ISBN: 950-9231-99-1
- Acceso al texto completo: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena2/ornelas.rtf (documento consultado em 04 de fevereiro de 2007)

- PACHANO, Simón. *Ecuador: cuando la inestabilidad se vuelve estable. Publicado em: ICONOS. Revista de Ciencias Sociales, no. 23.* FLACSO, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Quito, Ecuador. 2005.
- Acesso al texto completo: http://www.flacso.org.ec/docs/i23pachano.pdf; arquivo consultado em 08 de agosto de 2008

- VIZER, Eduardo. La trama (in)visible de la vida social. Comunicación, sentido y realidad. Buenos Aires, La Crujía, 1999.